Revista Espaço Acadêmico – n. 215 – Abril/2019 – mensal
ANO XVIII – ISSN 1519.6186

A democracia liberal destruída pelo fascismo do mercado

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo apresenta de que maneira vemos, na vigência do ultraliberalismo econômico, a submissão da política ao crivo do mercado, gerando uma série de transtornos sociais que representam a onipotência autoritária da lógica empresarial sobre a ordem pública, inclusive através de governantes totalmente alheios ao espírito liberal autêntico.

Palavras-chave: Democracia; Liberalismo; Autoritarismo; Governança; Fascismo.

The liberal democracy destroyed by market fascism

Abstract

The article presents how we see, in the presence of economic ultraliberalism, the submission of politics to the market sieve, generating a series of social disorders that represent the authoritarian omnipotence of business logic about public order, Even through rulers totally unrelated to the authentic liberal spirit.

Key words: Democracy; Liberalism; Authoritarianism; Governance; Fascism.

* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ; Coordenador do Curso de Administração da FACC-UFRJ

A democracia liberal apresenta limitações políticas, mas na conjuntura pragmática de nossa ordem global é uma opção razoável contra as autocracias e os regimes ditatoriais comprometidos com a satisfação das elites financeiras. A grande denúncia a ser feita reside no descompromisso axiológico das novas expressões do discurso liberalista em relação aos valores inquestionáveis da ordenança democrática. Nessa reconfiguração ideológica, o que vale é a eficiência governamental em manter a pujança do mercado, ainda que em detrimento dos direitos civis fundamentais, para maior glória das empresas. Robert Reich afirma categoricamente que

> As empresas não são cidadãs. São pilhas de contratos. O objetivo das empresas é participar do jogo econômico com o máximo de agressividade e eficácia. O desafio para nós, cidadãos, é impedir que imponham as regras do jogo (REICH, 2008, p. 12).

Constatamos assim a efervescência de governos que defendem o enxugamento da máquina do Estado para maior satisfação dos interesses plutocráticos e, para que realizem esse processo de degradação da coisa pública, não hesitam em utilizar procedimentos repressivos para diminuir a atuação social de sindicatos, organizações de trabalhadores e qualquer mobilização social de cunho democrático. De acordo com Jacques Rancière,

> A democracia está nua em sua relação com o poder da riqueza, assim como com o poder da filiação que hoje vem auxiliá-lo ou desafiá-lo. Ela não se fundamenta em nenhuma natureza das coisas e não é garantida por nenhuma forma institucional. Não é trazida por nenhuma necessidade histórica e não traz nenhuma (RANCIÈRE, 2014, p. 122).

O propalado Estado Mínimo só se manifesta como tal para a sociedade civil, cada vez mais precarizada e desprovida de garantias constitucionais,

pois a máquina do Estado é máxima para satisfazer as demandas empresariais e para estabelecer uma pretensa ordem pública através da eliminação física dos indesejáveis, dos pobres, dos miseráveis, dos descontentes, utilizando-se assim das forças policiais e das forças armadas para esse ofício necrófilo de assepsia social. O Estado Democrático de Direito é substituído pelo Estado Assassino, que mata favelados, pobres e famílias inocentes. O cidadão é um inimigo desse modelo de Estado, tornando-se mais inferior do que um súdito em uma monarquia tradicional. O Estado Assassino não quer cidadãos, mas escravos do medo, da incerteza e do vazio moral. Nada mais de direitos sociais, mas apenas deveres multitudinários em nome do progresso do país, isto é, do progresso econômico do mercado, seus empresários e seus acionistas. Para Rubens R. R. Casara,

> A razão neoliberal e a sociedade de mercado transformam todos em idiotas, pessoas capazes de usar e eliminar outras pessoas, nem como de destruir o planeta, em nome de ganhos pessoais e do desejo de enriquecimento (CASARA, 2018, p. 88).

No Estado Assassino, expressão mais horrenda desse capitalismo ultraliberal apoiado pelo fundamentalismo religioso, pela truculência policial, pela ignorância anticientífica, pela depreciação da educação e da cultura, nenhum direito social é garantido, apenas a luta pela sobrevivência de cada pessoa, destruindo-se as bases societárias de solidariedade, cooperação e empatia. O egoísmo, o narcisismo e a competição ferrenha se tornam as forças propulsoras fundamentais dessa formatação da realidade plutocrática. Para Byung-Chul Han,

> Mundo e mercado global não são idênticos, e a mercantilização total do mundo seria sua violação. Ela reprime e aniquila tudo o que não é trabalho, lucro, capital, eficiência e desempenho, sendo que a histeria da produção e do desempenho, como também a hipertonia da competição e da concorrência, provocam fenômenos patológicos dos mais diversos tipos (HAN, 2017, p. 252-253)

Por isso vemos no plano concreto a absurda conciliação degenerescente entre agenda social conservadora/reacionária e agenda econômica ultraliberal. Com efeito, o mercado se relaciona com a democracia, as garantias constitucionais (frágeis e falhas, porém fundamentais para a cidadania) e os direitos humanos de maneira extremamente instrumental. Tudo se curva e se cala perante a voz do mercado. Quando convém as conquistas cidadãs são ratificadas pelo mercado e são compreendidas como responsabilidade social, marketing fundamentado na dignidade da pessoa humana e nos valores democráticos. Contudo, quando essa relação não convém para o progresso financeiro o mercado não hesita em chancelar governos direitistas que apresentam nítida agenda fascista para esmagar toda forma de oposição ao seu arbítrio. Os críticos do socialismo não hesitam em objetar sua pretensa incompatibilidade com as liberdades sociais, mas velam os olhos para o fato de que o capitalismo, necessariamente, não é irmanado com as estruturações democráticas, sendo, muitas vezes, até mesmo contra tais demandas. Francis Fukuyama, um dos apólogos da democracia liberal como suprassumo do progresso político da humanidade, assim o reconhece:

> Uma ditadura modernizadora pode, em princípio, ser muito mais

> eficiente que a democracia na criação das condições sociais que permitam tanto o crescimento econômico capitalista quanto, ao longo do tempo, a emergência de uma democracia estável (FUKUYAMA, 1992, p. 157).

A apologia da ignorância no sistema político é expressão da degenerescência daquele que faz uso de tal arma. Existem mentiras cujo teor de absurdidade violam a dignidade da razão humana, e acreditar piamente em tais fabulações sem questioná-las não pode ser considerada ingenuidade individual ou apenas obra diabólica de demagogos, mas o desejo pessoal daquele que acredita nessa insanidade fazer dessa mentira uma verdade. É a anulação voluntária da razão. Gustave Le Bon, ao analisar a psicologia das massas, afirma que

> De líderes, os povos nunca careceram: no entanto, nem todos possuem, longe disso, as fortes convicções que os transformam em apóstolos. Geralmente são argutos retóricos, que perseguem apenas seus interesses pessoais e procuram persuadir adulando os baixos instintos (LE BON, 2008, p. 112).

Figuras autoritárias conquistam capital político através da manipulação de afetos como o medo e o ódio, da difusão de mentiras, da deslegitimação da atividade midiática, do revisionismo histórico desprovido de fundamentos técnicos, do patriotismo fajuto, do conservadorismo dos costumes, da criminalização maniqueísta dos adversários, relativização da tortura e de torturadores, da glorificação da crueldade e do anti-humanismo, do moralismo hipócrita na luta genérica contra a corrupção, da fabulação acerca de inimigos internos e externos, da construção demagógica de uma falsa noção de participação direta dos seus apoiadores, da defesa da militarização social, da apologia da truculência, da intolerância e da ignorância como virtudes políticas, do niilismo como modus operandi gerencial (pois pretendem destruir toda ordem democrática para que amplifiquem seu poder sobre a sociedade)[1]. Quando psicopatas travestidos de presidentes ganham as eleições, os rumos democráticos de um país estão sob sério risco de dissolução. Seja nos EUA, seja no Brasil, seja nas Filipinas, o arquétipo da mediocridade presidencial é o mesmo:

> Toma as decisões e as comunica aos que devem executá-las. Em seguida muda de ideia, ao perceber que poderão acarretar problemas para ele. Quando as críticas se exacerbam, volta às suas bases. Reúne milhares de pessoas em um recinto, em território favorável, e perora sobre qualquer coisa, buscando o aplauso e o fervor de apoiadores incondicionais, ou seja, está sempre em companhia, porque é aí que sente seu poder e, sobretudo, se sente querido, um típico reflexo doentio no grau máximo do narcisismo (CASTELLS, 2018, p. 57).

Eis assim o delineamento da política idiota da identidade: somente quem pensa igual e defende as sandices presidenciais é digno de respeitabilidade. Não há espaço para a crítica e para o contraditório: "Pensar é uma forma de castração. Por isso, a cultura é suspeita na medida em que é

[1] LEVITSKY & ZIBLATT (2018, p. 33-34), apresentam os quatro principais indicadores de comportamento autoritário na política: 1- Rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas); 2- Negação da legitimidade dos oponentes políticos; 3- Tolerância ou encorajamento à violência; 4- Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia.

identificada com atitudes críticas" (ECO, 2018, p. 48). Essas figuras autoritárias irracionalistas consideram que tudo vale pela ascensão ao poder, pois os fins justificam os meios: se a economia se revitaliza (através de medidas antidemocráticas) tudo se torna legítimo. Em suma, são imbecis que se arrogam como os donos do país e que por contingências eleitorais conquistaram o poder. Steven Levitsky e Daniel Ziblatt afirmam que

> Para demagogos cercados por restrições constitucionais, uma crise representa uma oportunidade para começar a desmontar o inconveniente e às vezes ameaçador sistema de freios e contrapesos que vem com a política democrática (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 98).

Como grande parte das massas encontram nessas grotescas figuras presidenciais um espelho para suas próprias misérias morais, tais políticos granjeiam meios bastante razoável de sucesso eleitoral. Todos aqueles que contestam os arbítrios insanos desses líderes fascistas são estigmatizados como "comunistas", "esquerdistas", "corruptos", "terroristas". Para Leonardo Avritzer,

> A tarefa mais importante, hoje, se de fato caminhamos para uma conjuntura de crise ou de fortes impasses democráticos, é garantir que este momento de forte embate seja travado no clima da maior tolerância possível e que se procure reestabelecer um centro político capaz de conter a radicalização das disputas políticas (AVRITZER, 2016, p. 146).

Ressalto, contudo, que o radicalismo político é de grande importância quando aplicado com propósitos democráticos reais, pois é imprescindível que se vá na raiz dos problemas estruturais da sociedade para que tais situações sejam superadas. A própria tolerância liberal também é axiologicamente limitada, pois não precisamos tolerar aquele que pretende nos aniquilar. O fascista apenas vê o vermelho por todas as partes e escamoteia sua falta de propostas com essa perseguição surreal contra seus fantasmas ideológicos. Segundo Rubens R. R. Casara,

> O fascista age em nome da realização do desejo da audiência enquanto, ao mesmo tempo, o manipula. O discurso fascista é, sobretudo, um discurso publicitário que visa um receptor despreparado e embrutecido (CASARA, 2018, p. 142).

No fundo, todos os ataques dos governantes demagogos contra os seus oponentes visam esconder os seus próprios crimes e os de seus asseclas, sejam milicianos assassinos, empresários corruptores, financistas inescrupulosos e outros escroques blindados pelo sistema jurídico. Conforme aponta Achille Mbembe,

> Decididamente, a época privilegia a separação, os movimentos de ódio, de hostilidade e, sobretudo, a luta contra o inimigo, e tudo isto é consequência daquilo que, num vasto processo de inversão, as democracias liberais, já amplamente branqueadas pelas forças do capital, da tecnologia e do militarismo, aspiraram (MBEMBE, 2017, p. 72).

O que percebemos na hegemonia da política ultraliberal comungada com o reacionarismo social é o rechaço do legado iluminista da razão crítica e do respeito incondicional pela coisa pública. Essa é a pobreza da filosofia liberal e seus herdeiros, pois a dignidade individual foi suprimida pela

transformação das pessoas em mercadorias úteis e coisas inúteis, tão ao gosto do fascismo do mercado. Menos direitos e mais empregos, eis um dos lemas do ultraliberalismo econômico, apoiado pela truculência reacionária. Legitimar tal princípio viola qualquer decência moral e compromisso com a dignidade do trabalho. A elite financeira chancela essa medida, e seus interesses são contrários aos da sociedade. Segundo Byung-Chul Han,

> A técnica do poder do regime neoliberal assume uma forma sutil. Não se apodera do indivíduo de forma direta. Em vez disso, garante que o indivíduo, por si só, aja sobre si mesmo de forma que reproduza o contexto de dominação dentro de si e o interprete como liberdade. Aqui coincidem a otimização de si e a submissão, a liberdade e a exploração (HAN, 2018, p. 44).

Precisamos de um projeto político capaz de proporcionar a justiça social, a paz, o desenvolvimento justo e conveniente para a realização do bem comum na ordem concreta. Nada mais de relativização dos direitos humanos nem legitimação de práticas que são contrárias aos princípios da dignidade humana (apologia da pena de morte, relativização do estupro, defesa da tortura, ofensas aos oponentes políticos). Temos um trabalho pedagógico longo pela frente, educar a sociedade brasileira para a vida democrática, uma experiência sempre acidentada em nossa moderna trajetória política.

Referências

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASARA, Rubens R. R. **Sociedade sem Lei: pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Trad. de Joana Angélica D'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

ECO, Umberto. **O Fascismo Eterno**. Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Trad. de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Trad. de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Àyiné, 2018.

____. **Topologia da Violência**. Trad. de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

LE BON, Gustave. **Psicologia das Multidões**. Trad. de Mariana Sérvulo da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Trad. de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

REICH, Robert. **Supercapitalismo**. Trad. de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Recebido em 2019-04-10
Publicado em 2019-04-27